

Movimentos ligados a igrejas cristãs anti-bolsonaristas reforçam a construção de uma teologia mais democrática

Por Katarine Costa · 12/05/2026

Dez anos depois do [golpe que derrubou a então presidenta Dilma Rousseff](#), pontapé inicial para a instauração da extrema direita no país, a sociedade observa mais atentamente um fenômeno tido como desimportante por décadas: [a aproximação entre religiões cristãs e a política brasileira](#). Muitas vezes, esse movimento se dá de forma associada ao bolsonarismo, mas o oposto também é registrado: há crescimento de células de igrejas evangélicas e batistas dialogando com pastorais sociais católicas que buscam desarmar o ódio religioso e [referendar pautas progressistas nos cultos e agendas locais](#). Com todo este cenário, a previsão é de que fé e política estejam mais indissociáveis do que nunca nas eleições de 2026.

A paróquia da Igreja do Senhor do Bonfim, em Engenheiro Pedreira, distrito de Japeri, na Baixada Fluminense, é muito festiva. Porém, às vezes, as festividades incomodam. Como atual pároco e coordenador da Pastoral Afro e da Pastoral Carcerária, o padre Wilson Gervace Mtali já conhece o espírito conservador que desafia o objetivo de evangelizar nessas comunidades locais.

Natural da Tanzânia e há quase três anos na região, Padre Willy, como é conhecido, já sabia sobre o isolamento geográfico de Japeri em relação à capital do Rio de Janeiro, a ausência de políticas públicas e a exclusão social, mas não o preconceito.



O pároco da Igreja do Senhor do Bonfim, em Engenheiro Pedreira, na Baixada Fluminense | Crédito: Fabio Leon

Sua liturgia é entrecortada por cânticos de origem africana, com o uso de instrumentos de percussão, como atabaques e agogôs, além de danças e melodias que [unem a liturgia católica à ancestralidade africana](#). Com o avanço das igrejas evangélicas e do recrudescimento do conservadorismo histórico na Baixada, o sacerdote já ouviu comentários críticos vindos de fiéis de que as missas afro estariam “mais próximas do candomblé e da umbanda do que Jesus”.

“E não é por uma questão de ignorância, pois eles sabem que as missas da Pastoral Afro são desse jeito há anos”, afirma Padre Willy.

Sua desconfiança virou fato. A [polarização político-partidária](#) crescente desde a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2022 criou uma distorção da realidade, fazendo com que ações históricas e tradicionais das pastorais sociais da Igreja Católica começassem a ser vistas como “esquerdistas demais”. Os fatos se transformaram em preocupação quando alguns paroquianos começaram a desejar a morte dos que eram atendidos por uma pastoral que sempre se propôs a atuar dentro dos presídios para evangelizar e defender os direitos dos detentos.

“As pessoas começaram a se questionar por que a Igreja Católica deveria se preocupar tanto com os presos, por serem ‘pessoas piores’, esquecendo que [o](#)

[próprio Jesus foi um encarcerado](#)“, diz Padre Willy.

Sobre suas escolhas políticas, Padre Willy é sábio com as palavras. “Se eu estou onde estou, as pessoas já sabem como penso politicamente”, costuma dizer. Já foi chamado de comunista, adepto da [Teologia da Libertação](#) (movimento teológico das décadas de 1960 e 1970 que misturava o marxismo com os ensinamentos de Jesus) e [até “discípulo” do padre Júlio Lancelotti](#) por defender as minorias que são, em tese, a razão de existir das pastorais sociais da Igreja Católica. Mas, para ele, o que importa hoje são os caminhos que a democracia brasileira precisa encontrar daqui para a frente.

“Eu acho que a igreja sempre tem que participar da questão política, sim. Mas a sua participação tem de ser através de formação educacional. Educar as pessoas para entenderem a proposta dos candidatos. O que a extrema direita está propondo? É condizente com a palavra de Deus? Eu sempre questiono: o que é mais importante? O controle sobre a homossexualidade ou se discutir por que Japeri continua com tanta desigualdade, com carência em seus serviços mais essenciais, como transporte?”, questiona o sacerdote.

Campanha da Fraternidade ‘esquerdista’

Flávio de Souza é professor de geografia da rede pública no município de Belford Roxo, também na Baixada Fluminense, e membro da Pastoral Operária, uma espécie de braço espiritual e trabalhista do catolicismo, além de fazer parte da Igreja Nossa Senhora da Glória de São José, em Nova Iguaçu, onde mora.

Aos 62 anos de idade, Souza analisa que a [Pastoral Operária](#) enxerga o país dentro de uma conjuntura desfavorável, teologicamente falando. O geógrafo considera que setores ligados à Igreja preferem optar pela manutenção do que chama de “espiritualidade vazia” em vez de se preocuparem com as transformações

perversas no mundo do trabalho, sob a perspectiva do neoliberalismo, ao longo das três últimas décadas.

“Até 2010, as pastorais sociais da Igreja tinham muita relevância. A Operária, a da Criança, a da Terra. Depois veio um processo de desmonte, de deixá-las à margem de qualquer prioridade. Elas não têm mais o peso, a organização e o fortalecimento de que tanto precisam”, lamenta o educador.



Flávio de Souza é professor de geografia da rede pública e membro da Pastoral Operária | Crédito: Flavio Leon

Segundo Souza, a polarização política entre direita e esquerda esbarra até em um dos maiores pilares sócio-culturais da Igreja Católica contemporânea brasileira. Criada em 1962, a Campanha da Fraternidade chega em 2026 sob fogo cruzado. [Com o tema “Fraternidade e Moradia”](#), a iniciativa da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tenta se desviar dos ataques de alas conservadoras ligadas ao bolsonarismo para focar no que é urgente: o déficit habitacional brasileiro.

“Todas as pastorais sempre tiveram uma enorme relevância por causa de suas preocupações sociais. Hoje estamos falando de moradia, que também envolve saneamento básico e meio ambiente, mas, por haver essa divisão interna dentro da Igreja, ela também é considerada ‘esquerdista’”, analisa Souza.

Padre Willy tem uma teoria semelhante para o “incômodo” causado recentemente pelos temas da Campanha da Fraternidade nos últimos anos: “Com a polarização político-partidária, tudo o que não se refere ao espírito e à centralidade pura da Igreja é visto como ‘de esquerda’. Mas, em 2024, por exemplo, a Campanha da

Fraternidade, tendo como tema a Amizade Social, já falava sobre os malefícios da polarização que evitava a construção de laços fraternos com base no Evangelho”.

Sistema de cotas: ruptura

O antirracismo é frequentemente associado a pautas de esquerda, mas a sua relação com o espectro político é complexa. Como demanda de fé, produz debates interessantes sobre o ressignificado da militância de base.

O golpe de 2016, por exemplo, fez com que a historiadora formada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Raquel Matoso decidisse por uma mudança de rumo tanto na sua religiosidade quanto em suas escolhas políticas, já que ela fez parte da primeira turma de formados [a partir do sistema de cotas](#) do ensino superior criado em 2012 pelo governo da ex-presidenta Dilma Rousseff.

Descontente com alguns aspectos comportamentais internos, incluindo declarações extremamente misóginas, ela decidiu sair da Igreja Evangélica Pentecostal, no bairro da Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro.

“Fiquei ‘desigrejada’ durante um ano e meio, quase dois anos. Foi quando eu encontrei o Movimento Negro Evangélico (MNE), em 2017, em um culto no dia 20 de novembro em celebração ao [Dia da Consciência Negra](#) na Igreja Batista Memorial, também localizada na Tijuca. A partir de então, eu comecei a atuar no movimento negro evangélico como integrante”, explica Matoso, agora mestranda em história pela mesma universidade. Matoso diz que racializar sua militância estudantil foi um ponto decisivo. Teve de enfrentar um país que não desejava o sistema de cotas e que pouco fez em relação a “reparações históricas”. Ter consciência sobre as suas origens e os traumas gerados pelo racismo foi determinante para não optar por seguir a ideologia de extrema direita.



O sistema de cotas fez Raquel Matoso rever suas posições políticas e religiosas | Crédito: Arquivo pessoal

“Minha militância não permitia que eu vivesse essa realidade bolsonarista de jeito nenhum. Mesmo sendo uma mulher muito evangélica, não passou pela minha cabeça pertencer a esse universo. Mas, para me preservar, preferi sair da minha igreja a ter de me adequar a uma realidade que não era minha”, explica.

Ela diz que, dentre os objetivos do [Movimento Negro Evangélico](#), está a construção de identidade do povo negro. Assim como os cursos de formação política existentes na Pastoral Operária da Igreja Católica, o MNE tem a sua [Escola de Justiça Racial](#). Dentre os módulos lecionados, há uma ampla revisão histórica da militância negra e o quanto ela foi responsável por fomentar parte dos aspectos mais igualitários no desenho da Constituição de 1988, assim como o próprio modelo de redemocratização do país.

Em seus estudos para a qualificação do mestrado em História Social pela UERJ, Matoso desenvolveu um termo que parece definir de forma satisfatória o contexto socioeconômico-político-religioso atual: teonacionalismo. Seria o recorte de tempo compreendido entre 2017 e 2023, no auge da tentativa do golpe, em 8 de janeiro, em que as igrejas evangélicas tentaram, de forma explícita, [consolidar a sua estrutura de poder](#) por meio de partidos políticos.

“Desde a década de 1980, as igrejas evangélicas tinham um projeto de nação. Já tinham deputados, senadores. Faltava ter um presidente evangélico. Embora Bolsonaro se declarasse católico, ele consegue congrega ao lado dele todos os espectros do conservadorismo, incluindo os conservadores católicos, espíritas, etc. Com o tempo, o que se chama hoje de bolsonarismo deve perder força em função

do aparecimento de outras correntes de direita e extrema direita que não se identificam com Bolsonaro”, analisa Matoso.

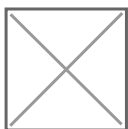
Esquerda e bolsonarismo: a (falta de) disputa nas periferias

Assim como Raquel Matoso, o professor do programa de pós-graduação em sociologia política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Fabio Py, é um acadêmico que respira religiosidade cristã. Com ligações com as igrejas batista e luterana, ele é o autor do livro “Pandemia Cristofascista” (Editora Recriar, 2020), no qual utiliza o conceito para descrever a aliança entre lideranças de igrejas pentecostais e o governo bolsonarista. Ele argumenta que essa união promove uma “teologia do poder autoritário” com características neofascistas e ultraliberais.

Entretanto, surgem alguns questionamentos: [com o avanço da extrema direita no país](#), especialmente com o apoio de igrejas cristãs, como fica o papel das esquerdas para atenuar as consequências desse cenário? A oposição teve uma aparente apatia diante do crescimento do fascismo no Brasil?

“As esquerdas, historicamente no Brasil, não são um lugar da periferia. Se a gente pega os grandes centros, elas normalmente são formadas por uma classe média branca, que tem uma certa inserção, mas também alguma aversão aos territórios periféricos. As igrejas pentecostais perceberam isso e, por menores que fossem, [foram ocupando esses territórios](#). As teologias, atualmente, são uma linguagem comum na periferia brasileira e, sobre isso, não houve uma reflexão crítica suficiente da esquerda para se trabalhar a reversão desse quadro”, analisa. Perguntado sobre como, nas eleições de 2026, a esquerda deve se aproximar desse público, reconhecendo a importância da religiosidade na vida cotidiana dessas pessoas sem cair no erro de deslegitimar a fé, Py revela-se um pouco

pessimista.



Fabio Py é autor do livro 'Pandemia Cristofascista' | Crédito: Arquivo pessoal

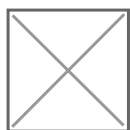
“É muito difícil essa articulação. Setores da esquerda sempre se mobilizaram de forma contrária a representações religiosas, excetuando-se a Igreja Católica no passado. O pensamento comum sempre foi o de que religião não deveria ser discutida. Hoje em dia, quantas pastoras e pastores nós temos aí que mobilizam as comunidades, fazem festas, constroem políticas locais, indicam candidatos e candidatas? [Desprezar o crescimento das outras religiões cristãs nas periferias foi um erro](#)”, reforça.

Comunista, cientista social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e pertencente à Igreja Batista de Campo Grande, Caroline Otávio, mais conhecida como Carol Black, também coordena a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito no Rio de Janeiro (Feed-RJ).

Com a eleição de Bolsonaro em 2018, ela afirma que as igrejas cristãs racharam devido a um processo que ela chama de “espiritualização da política” ou “politização da espiritualidade”. Ela considera que muitos movimentos do lado progressista ficaram desalinhados em relação a apoios, pois houve uma dúvida considerada crucial: era o momento de as igrejas evangélicas e batistas demonstrarem serem abertamente de esquerda?

“Por muito tempo evitamos misturar nosso posicionamento político-partidário com religião, mas vimos que, nos últimos anos, isso era praticamente impossível. Se não estabelecêssemos essa diferença, outros fariam por nós”, diz Black.

Mas a religiosa não esconde mágoas em relação à chamada “esquerda intelectual e arrogante”. Para ela, parte dessa esquerda ainda relativiza evangélicos e batistas como massa de manobra apolitizada pelos pastores ou já naturalmente bolsonaristas. Para demonstrar como tal pensamento é equivocado, ela cita o artigo acadêmico “Evangelismo não-bolsonarista: análise do perfil socioeconômico dos eleitores evangélicos que rejeitaram Bolsonaro nas eleições de 2022”, dos professores de ciência política Emerson Urizzi Cervi e Naiara Sandi de Almeida Alcantara.



Carol Black coordena a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito no Rio de Janeiro | Crédito: Arquivo pessoal

A análise, que chegou a detectar 39 categorias religiosas, mostrou que os evangélicos de menor renda foram os que menos apoiaram Bolsonaro, enquanto os protestantes tradicionais e pentecostais, geralmente de maior renda, foram os que mais o apoiaram.

“Mas isso não quer dizer que as igrejas devam seguir algum político. A igreja é de Jesus; ela não pertence a nenhum político. Mas ela também é feita por pessoas que sentem no dia a dia a melhora ou a piora da economia, o preço do alimento que fica mais caro, as vagas da creche da prefeitura que diminuem”, diz.

Reportagem produzida no âmbito do programa de microbolsas de jornalismo “Combate à agenda antidemocrática”, promovido pela Fundação Rosa Luxemburgo e pelo **Brasil de Fato.*

Editado por: Rafaella Coury